
REDES SOCIAIS E SENTIMENTO DE PERTENÇA: O QUE PENSAM OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO*

Simone Antoniaci Tuzzo**
Claudomilson Fernandes Braga***

Resumo: este artigo objetiva identificar o sentimento de pertença dos estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas de Goiânia em relação às Redes Sociais e ainda como os que não possuem este acesso a este ambiente virtual se sentem em relação ao processo de exclusão digital que a não pertença os caracteriza. Foi utilizado uma escala Likert de sete pontos para a coleta dos dados. Os principais resultados obtidos indicam que a idéia de uma aldeia global é um paradoxo e que na realidade existe uma grande parcela da população estudantil do ensino médio que não tem os mesmos acessos às Redes Sociais.

Palavras-chave: Redes Sociais. Pertença. Ciberespaço. Inclusão. Exclusão.

O século mudou e as formas de socialização também. Quem nasceu no início do século XXI vê a televisão como algo intrínseco às residências e à sociedade. Não existe vida sem internet. Adolescentes em 2010 têm dificuldade de imaginar a vida sem a tecnologia digital. A cultura digital é global, centros e periferias transitam pelas mesmas vias –múltiplas– que configuram a internet, de tal forma que hoje falamos em Internet como se todos estivessem conectados. Não é bem assim.

Quando a sociedade fala de “todos” num sentido de totalidade, nem sempre está se referindo a todos os indivíduos, mas sim a um público específico, aquele que interessa para as estatísticas de educação, renda familiar, grau de instrução, entre outros. “Todos” na sociedade moderna, não têm a função de todo mundo, mas da seleção de grupos de referência social. Parte desses grupos hoje está na Internet, movimentando-se pelas

Redes Sociais. Blogs, twitter, salas de bate papo, Orkut, MSN, jogos on line, são termos que passaram a fazer parte da vida de adultos e adolescentes (e até crianças) que recriam na sociedade suas formas de relacionamentos.

O foco desse estudo são os adolescentes, para quem mundo real e o virtual é separado por uma linha divisória frágil, quase que sem efeito, dividindo dois mundos que parecem ser o mesmo, desnecessário de ser dividido.

Neste estudo, foram entrevistados 98 adolescentes da cidade de Goiânia, estudantes do ensino médio de uma escola particular (50 alunos) e de uma escola pública (48 alunos). A escala Likert de sete pontos do instrumento de coleta teve como objetivo identificar como os adolescentes se sentem em relação às Redes Sociais e as perguntas versaram sobre a frequência de uso, o sentimento de pertença ao grupo, aspectos relacionados ao relacionamento, ferramentas que utilizam e se as redes sociais facilitam ou não os relacionamentos.

IDENTIDADE E PERTENÇA SOCIAL

Os estudos da Escola de Bristol objetivavam identificar se a categorização provoca uma diferenciação positiva da categoria de pertença em detrimento da outra categoria. Neste sentido a categorização também se traduziria em discriminação, exclusão, isto é: “num comportamento de favoritismo do endogrupo em detrimento do exogrupo” (TAJFEL *apud* AMÂNCIO, 2006, p. 393).

Este objetivo orientou a construção do paradigma denominado grupo mínimo, que se integravam nas investigações sobre as reais condições de discriminação intergrupo. Os estudos do grupo mínimo consistiam em duas experiências com sujeitos adolescentes – todos do sexo masculino – cuja primeira etapa da experiência convidava os indivíduos a manifestarem sua preferência estética por um de dois quadros que lhes eram apresentados – Klee e Kandinsky – enquanto que simultaneamente um experimentador supostamente tratava as respostas, o que na verdade fazia era a distribuição aleatória dos dois grupos (ÁLVARO; GARRIDO, 2006).

Na segunda etapa os indivíduos eram convidados a participarem de um processo de tomada de decisão onde todos recebiam um caderno com números que representavam valores em dinheiro e os sujeitos da pesquisa teriam que repartir entre os membros do próprio grupo e por um membro do outro grupo.

Dentre os resultados obtidos o mais surpreendente foi o fato dos sujeitos da pesquisa manifestarem a clara preferência pelo autofavoritismo

relativo, mesmo que isso significasse a perda em valores absolutos. Estes dados confirmaram a existência da diferenciação grupal mesmo nas situações onde só existe categorização social sem nenhuma interação nem real nem antecipada entre os dois grupos.

No intuito de explicar os resultados, Tajfel (1981) lança mão do conceito de identidade social. Para o autor identidade social é “a parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença” (p. 291). Este sentimento de pertença, quanto maior, maior a tendência a diferenciar-se de maneira favorável ao seu próprio grupo (endogrupo) em detrimento do outro grupo (exogrupo) (ÁLVARO; GARRIDO, 2006).

Assim a identidade social, este sentimento de pertença ocorreria, segundo Tajfel (1981), a partir de três pressupostos: Como um continuum indo do comportamento interpessoal ao comportamento intergrupal; como um ato, mas, sobretudo, um processo social e que se operacionaliza no interior do indivíduo, no espaço das relações individuais e no espaço das relações institucionais. É, portanto, um processo intraindividual, interindividual e intergrupal e como um processo que não ocorre no vazio, mas num certo contexto histórico, onde podem ocorrer fusões ou conflitos e, portanto, pressupõe certa organização social, estrutural e de legitimidade e estabilidade.

Os pressupostos apresentados por Tajfel (1981) possibilitaram compreender que, se a identidade social é este sentimento de pertença, logo de crença na pertença (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2003) onde a crença social está, assim como o sentimento de pertença, num continuum, onde em um extremo se situa a crença na mobilidade social e no outro a crença na mudança social (TAJFEL, 1981).

Por mudança Social segundo Tajfel (1981, p. 277), podemos entender como sendo “um movimento social que representa um esforço dum grande número de pessoas para resolver coletivamente um problema sentido como comum”. Por outro lado a mobilidade social é segundo Tajfel (1981, p. 277), “o movimento dos indivíduos, famílias e grupos duma posição social para outra”.

Assim, as crenças na mudança social, abrindo perspectivas de ascensão social individual, estimulariam estratégias individualistas de ação (comportamentos interindividuais) enquanto que as crenças na mudança social favoreceriam estratégias coletivas (comportamentos intergrupais), de tal forma que em ambos os casos a relação entre

crenças e ação estaria mediada pelos processos de identidade social e diferenciação grupal.

PERTENCIMENTO E REDES SOCIAIS

A tão famosa globalização, pensada no século XX, sonhada e desejada não é futuro, é presente, real e que faz com que muitas pessoas saibam mais de seus vizinhos europeus, asiáticos e americanos, do que sobre seus vizinhos geograficamente próximos.

Todos se sentem pertencentes ao mundo, o mundo é de todos e não há mais barreiras entre as sociedades, todos estão conectados. Mas quem são esses todos? Será realmente que a sociedade avançou ao ponto de não ter mais as divisões entre os incluídos e os periféricos, ou será que a sociedade dos incluídos desistiu de incluir aqueles que têm pouca possibilidade de pertencer ao mundo globalizado e passou a considerar somente aqueles integrados?

Nessa perspectiva os excluídos já estariam tão distantes de uma integração que já não fazem mais parte sequer das estatísticas? Considerando a ideias de “Todos” como um processo de seleção de grupos de referência social.

Para se ter uma idéia dos números, numa pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), 21% da população tem acesso a computadores e somente 14,49% dos domicílios estão conectados à Internet, enquanto apenas 19,63% destes possuem computador. A maioria desses poucos incluídos digitais, 18,74%, está na região Sudeste. No Norte apenas 6,15% e o Nordeste apresenta a maior exclusão, tendo apenas 5,54% da população de incluídos digitais. Entre os municípios mais incluídos está o Rio de Janeiro, com 22,90% de pessoas com acesso à internet e Maranhão é o Estado com o menor índice, apenas 4,7% de incluídos.

Esses dados estão intimamente ligados às questões de emprego, trabalho, produção intelectual, acesso à educação, lazer. A inclusão digital é a nova moeda de troca para acesso à sociedade moderna.

No final da década de 80 especialistas afirmaram que a sociedade da informação seria uma sociedade voltada para o compartilhamento dos recursos e para o bem-estar social. As primeiras avaliações feitas no ano 2000 mostraram que as desigualdades já estavam aumentando, e, na atualidade, os donos do poder são os donos dos meios de comunicação de massa, os donos das mídias digitais.

Não devemos considerar aqui que para estar incluído precisamos ser donos, pelo contrário, mas precisamos ter acesso ao que é produzido

para aprender a discutir, a interagir, a expressar opiniões, a votar e escolher o melhor representante político não pela cesta básica que ele distribuirá, mas pelos benefícios que ele poderá trazer para a coletividade.

Numa sociedade de excluídos, aqueles que estão à margem normalmente não conseguem ter uma preocupação social, os excluídos precisam lutar a cada dia para não se sentirem mais à margem e isso muitas vezes os fazem pensar de forma introspectiva para resolverem seus próprios problemas básicos de fome, moradia e educação para os filhos (que normalmente são muitos).

Internet, vídeo conferência, laptop, televisão digital, super-rodovia de informação, cibercultura, TV a Cabo, telefone celular, multimídia, são conceitos ou objetos que não estão na escola da periferia, tampouco nos lares do humilde operário ou do sertanejo. Como diria Negroponte (1995, p. 17), “a sociedade está cada vez mais marcada por bits e átomos”. Muitos já vivem a sociedade dos bits; muitos migram dos átomos para os bits, ainda num processo de aprendizagem; e muitos [e esses muitos são muito mais que os muitos dos bits], ainda permanecerão fossilizados nos átomos por algum tempo.

Dando continuidade a essa reflexão, Negroponte (1995, p.18) afirma que:

Nas indústrias da informação e do entretenimento, bits e átomos são confundidos com frequência. Uma editora trabalha no ramo da transmissão de informações (bits) ou na confecção de livros (átomos). Historicamente ambas as alternativas estão corretas, mas isso vai mudar rapidamente, à medida que as ferramentas da informação forem se tornando mais ambíguas e mais fáceis de utilizar.

O mesmo espaço público, construído a partir de conceitos da modernidade, é menos público que os demais espaços sociais, portanto não é mais um espaço público no sentido de livre acesso, mas no sentido de distinção de públicos. É formado por bits através de câmaras de segurança, dinheiro eletrônico e realidades virtuais. Tecnologias urbanísticas que se associam às tecnologias da comunicação para reafirmarem a existência de uma opinião pública não no sentido livre de acesso a todos, mas restrito ao próprio desenvolvimento das novas realidades de existência.

Os novos espaços urbanos e os meios de comunicação tornam-se suportes espaciais de espaços públicos e fundamentam as possibilidades de troca e negociação na construção da vida coletiva e do próprio indivíduo.

Para Elhajji (2001, p. 221):

O conceito de sociedade da informação atribuído à nossa época contemporânea diz respeito tanto à organização social (através da mudança de valores e padrões culturais efetuada pelo complexo midiático) e das relações de produção (consagrada pela predominância do setor terciário) em torno das tecnologias de comunicação, como também ao fato de essas tecnologias serem a principal base de crescimento econômico e de realização de lucro em nossa época.

Quando falamos, pois, de sociedade da informação, estamos firmados num tripé de comportamento social, inovação industrial e crescimento econômico, fatores que devem caminhar juntos para que efetivamente haja uma mudança social. Além desses, a educação continua sendo (e cada vez com maior intensidade) fator determinante de inclusão ou exclusão do processo.

As novas tecnologias e redes computacionais impuseram o novo desenvolvimento da sociedade mundial, em que os grupos sociais não são mais marcados por fronteiras geográficas, mas, agrupados por esferas cognitivas e epistemológicas.

O que caracterizou o século XX não foi a ciência, mas o domínio da ciência pelo homem. As máquinas não agem por si mesmas, sempre necessitam da programação ou do controle humano. A revolução industrial criou uma forma de operário que, ao trabalhar na máquina da fábrica, opera sobre uma racionalidade que não é a dele.

A racionalidade a ele imposta para que consiga interpretar e agir sobre a máquina foi criada, pensada, trabalhada, produzida e passada para este operário através das idéias de um outro homem, que comumente determina o funcionamento de várias máquinas, exigindo dos operários somente a operação e não o raciocínio. O processo é explicado por Kumar (1997, p. 20) da seguinte forma:

A primeira revolução industrial desvalorizou o trabalho muscular; a segunda desvalorizou o trabalho mental de rotina. Duas revoluções em energia, baseadas no vapor e na eletricidade. A terceira revolução é a da informação. Essa reviravolta esteve em gestação por mais de um século. Suas primeiras manifestações assumiram as formas do telégrafo elétrico, do telefone, do gramofone, do cinema, do rádio e da televisão. Mas o computador foi o ponto culminante.

As novas tecnologias de informação recriam a relação entre homens e máquinas, principalmente através da informática. Para Lévy (1999), a produção independente de informação que hoje já ocorre com a internet, em breve estará se expandindo para outros veículos de comunicação. A própria educação abandona os espaços físicos impostos pela sala de aula e se apropria de novas formas de propagação.

De uma forma extremista, Lévy (1999) prevê que, dentro de alguns anos, todas as pessoas, objetos, textos, obras, instituições, enfim, tudo estará na WEB e serão conectados em uma única rede. O tempo pode não ser breve, mas estamos, certamente, em um processo de evolução constante.

Lévy (1999) denomina ainda que a integração de diversos indivíduos numa mesma esfera de conhecimento como sendo uma inteligência coletiva, nos conduz a uma situação paradigmática, onde quem não pode, por qualquer motivo, fazer parte das chamadas novas tecnologias, são colocados à margem e excluídos de um processo civilizatório.

Neste processo em que a globalização não agrega a todos:

A mundialização continua atuante como paradigma estruturante de nosso real e, apesar de estar sendo, hoje em dia, superada pelo processo de globalização que desloca os princípios operacionais, normativos e organizacionais da sociedade humana do quadro espacial para o temporal, a mundialização assegura, por um lado, a sua função referencial aos localismos, nacionalismos e regionalismos e, por outro lado, a sua vocação de quadro real e de vetor simbólico que estimula as mobilidades e acolhe os fluxos de pessoas, de grupos étnicos e raciais, de variedades vegetais e animais, de objetos e de idéias que dão ao mundo a configuração que lhe conhecemos (ELHAJJI, 2001).

Num claro contraste de quem quer ganhar o mundo através da rede, um antagonismo que se revela em um encontro para poucos. A internet se apresenta como uma grande compartimentação. Segmentada em grupos de interesse, a existência, por exemplo, de Blogs, que, muito antes de difundir a existência de um anônimo na rede, no máximo consegue fazer interagir pessoas a partir de preferências diversas. Não que por si só essa função já não basta, mas não realiza o papel de mídia de massa, por exemplo.

O ciberespaço não tem se mostrado a encarnação de um gigantesco 'mundo comum', plural, local de troca de todos entre si. No que se

refere à exposição, o mundo virtual apesar do imenso potencial de exposição, deve lidar com um grande entrave: o excesso. Como aparecer para uma multidão, se o campo de visão se limita a uma tela? Se se tem que concorrer com um banco de dados de tamanho planetário? Essas são questões ainda sem respostas, e possivelmente o recurso que alguns encontram para introduzir verticalizações num campo de equivalências tão democrático como o ciberespaço (SOUZA, 2002, p. 159).

Há também aqueles que não buscam a Internet como lugar de fantasia ou de possibilidade de criação de personagens previamente criados em suas mentes. A internet pode se configurar como uma ferramenta de comunicação absolutamente eficaz na transmissão de dados e até na aproximação de pessoas distantes para bater papo e matar a saudade. Tudo muito eficaz e natural. Além disso, a segurança dos encontros no ciberespaço faz com que pessoas com medo da violência e da falta de segurança pública passem a se proteger atrás da tela.

Em uma outra faceta, a experiência do não-lugar criado pela globalização recria pela internet a experiência de convivência com o imigrante. Agora podemos ter a experiência de conviver com os “estrangeiros” a qualquer momento, com a tranquilidade de voltarmos ao nosso país, ou “expulsar” o imigrante na hora que desejarmos, com um simples botão.

O importante não é saber se os espaços concretos se reconstruem nesses não-lugares da rede, tampouco é importante saber se os que se sentam frente aos computadores são pessoas ou personagens, mas sim, sabermos de que forma essas recriações estarão interferindo na própria realidade de cada um e, conseqüentemente, na construção da coletividade.

MÉTODO, PROCEDIMENTOS E DISCUSSÃO

Com uma amostra de 98 (n-98) alunos, sendo 50 da escola particular e 48 da escola pública, a pesquisa teve como objetivo identificar o sentimento de pertença dos estudantes do ensino médio a partir das redes sociais. Com um desvio padrão ($dp=0,5023$) entre as escolas (particular e pública) e uma média ($m=1,4845$) percebe-se que as diferenças de respostas podem ser consideradas pouco significativas.

Entretanto, quando se observa as questões de forma individualizada, pontos relevantes são ressaltados no conjunto das respostas. A Figura 1 demonstra a diferença de mais de 20 pontos percentuais no que se refere a freqüência dos acessos as redes sociais.

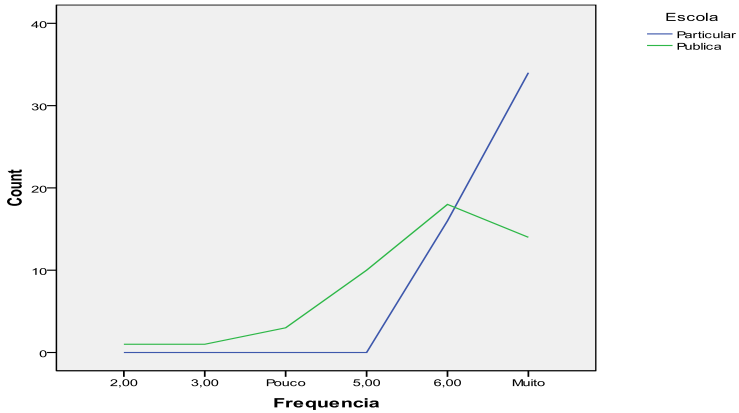


Figura 1: Gráfico com frequência de acessos as redes sociais

Quando se trata de sentimento de pertença e de solidão (Figuras 2 e 3) há uma tendência mais acentuada dos estudantes das escolas particulares de demonstrarem sentimento de pertença ao endogrupo, demonstrando aquilo que Tajfel (1981) e Del Prette e Del Prette (2003) identificaram como identidade social que confirma a idéia de pertença.

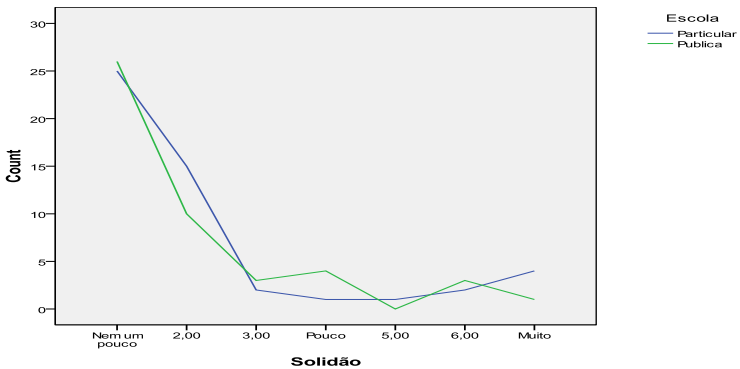


Figura 2: Gráfico com índice de sentimento de solidão

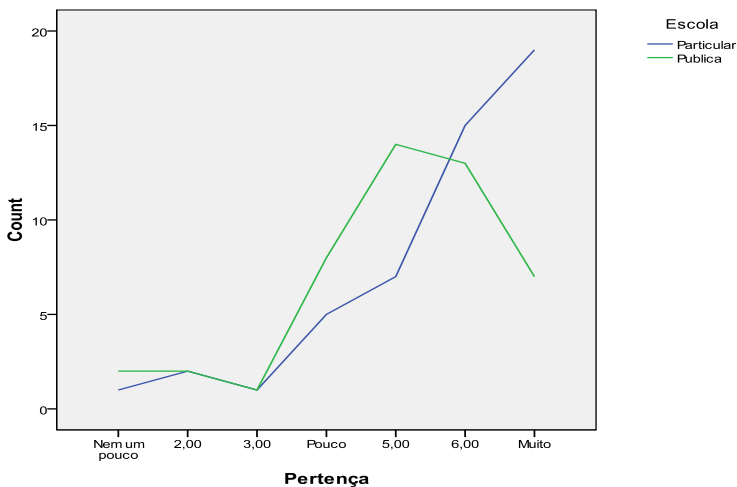


Figura 3: Gráfico com índice de sentimento de pertença

Ao analisar as variáveis escola e utilização de ferramentas das redes sociais, (Tabela 1) a partir da análise da correlação r de Pearson verifica-se que o nível de significância ($p < 0,001$) indicando que a maior utilização das ferramentas disponíveis nas redes sociais aumenta quando quem navega pertence à escola particular ($p < + 0,8931$), indicando que a capacidade interativa também aumenta, o que explica, pelo menos em grande parte os dados da Figura 3, onde o sentimento de pertença dos alunos da escola particular é mais acentuado do que os alunos da escola pública.

Tabela 1: Correlação entre as variáveis escola e ferramentas

		Escola	Ferramentas
Escola	Pearson Correlation	1	-,331
	Sig. (1-tailed)		,000
	N	97	97
Ferramentas	Pearson Correlation	-,331**	1
	Sig. (1-tailed)	,000	
	N	97	97

Legenda: **. Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

Com um desvio padrão ($dp=1,89880$) a maioria dos alunos acreditam que há um favorecimento dos relacionamentos (Figura 4), cuja

media $m=5,5391$ reforça essa ideia, enquanto os que não acreditam, a média não ultrapassa $m=2,8969$. A pesquisa ainda demonstra que a partir de cada grupo de alunos – escolas particulares e públicas - independente do sentimento de pertença que venham a ter em relação ao endogrupo, alimentam o sentimento de que as redes sociais favorecem os relacionamentos.

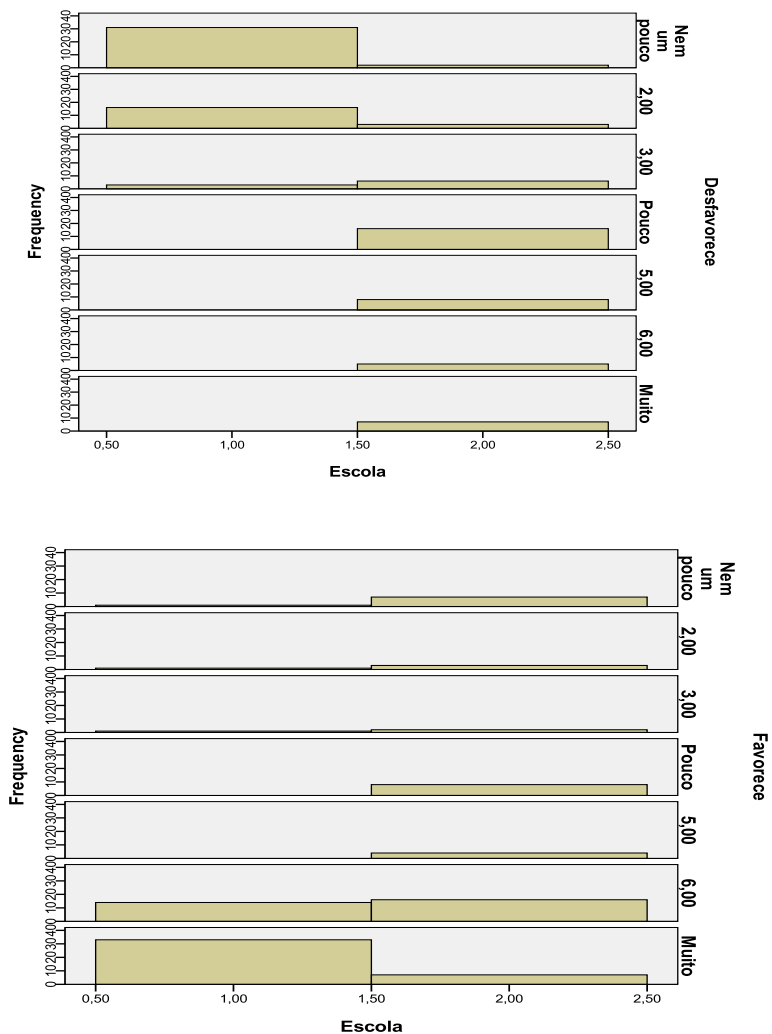


Figura 4: Redes sociais não favorecem relacionamentos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade de massa ajuda a construir cada vez mais indivíduos distintos, grupos distintos e formas de existência distintas. A grande massa congrega pessoas que já podem viver no mundo virtual, com compras virtuais, dinheiro eletrônico, um mundo digital e tudo o que pode oferecer as novas tecnologias, reafirmando as exclusões anteriormente marcadas pela economia e pela educação, ou seja, a idéia da virtualidade e, portanto, da inexistência do concreto, do tangível, sugere um lugar comum, porém, este lugar que não existe pela própria característica da liquidez que nor-teia a modernidade e seus aparatos tecnológicos, não garante um lugar para todos, muito pelo contrário: mascara uma realidade pouco visível, virtual por excelência e por existência. Encobre um cenário de exclusão.

Os dados obtidos a partir da pesquisa empírica demonstram também uma tendência de ver as redes sociais como lugar privilegiado para se relacionar e com uma forte utilização das ferramentas disponíveis, o que significa que a capacidade inventiva assente nas redes sociais tem tido uma larga aceitação por parte dos usuários.

Cabe aqui a ressalva da possibilidade de um novo estudo, onde se verificaria se os alunos da rede pública trabalham ou possuem alguma atividade laboral que os impeça de manter uma relação mais próxima das ferramentas disponíveis nas redes sociais, o que talvez explique a baixa indicação de acesso, apesar do sentimento de pertença ter uma forte indicação em ambos os grupos pesquisados.

SOCIAL NETWORKS: WHAT THEY THINK OF HIGH SCHOOL STUDENTS

Abstract: this article aims to identify the sense of belonging of middle school students from public and private schools in Goiânia in relation to social networks and even as those without such access to this virtual environment feel about the process that the digital divide does not characterizes the membership. We used a seven-point Likert scale to collect data. The main results indicate that the idea of a global village is a paradox and that in reality there is a large portion of the student population of high school who do not have the same access to social networks

Keywords: Social Networks. Membership. Cyberspace. Inclusion. Exclusion.

Referências

- AMÂNCIO, Lígia. Identidade social e relações intergrupais. In: VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria B. *Psicologia social*. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- ÁLVARO, José Luis; GARRIDO, Alicia. *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. Tradução de Miguel Cabrerias Fernandes. São Paulo: McGraw Hill, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A. Assertividade, sistema de crença e identidade social. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 125-136, jun. 2003.
- DOISE, W. From social psychology to societal psychology. *Psic. Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 18, n. 1, Apr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722002000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jan. 2010. 2002.
- ELHAJJI, Mohammed El. *Da semiose hegemônica ocidental*. Rio de Janeiro: Eco-Rizhoma, 2001a.
- ELHAJJI, Mohammed El. Globalização e novas tecnologias de comunicação: uma nova esfera cognitiva. [Curso ministrado em Aracaju, SE, em janeiro de 2001]. Mimeogr.
- KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 1999.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NEGROPONTE, Nicolas. *A vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SPINI, D.; DOISE, W. Organizing principles of involvement in human rights and their social anchoring in value priorities. *European Journal of Social Psychology. Eur. J. Soc. Psychol.*, v. 28, p. 603-622, 1998.
- VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria B. *Psicologia social*. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

TAJFEL, Henri. *Grupos humanos e categorias sociais*. Tradução de Lígia Amâncio. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

* Recebido em: 12.04.2010.
Aprovado em: 04.05.2010.

** Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora na Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG). *E-mail*: simonetuzzo@hotmail.com.

*** Doutorando em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Professora Assistente da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG. *E-mail*: milsonprof@gmail.com.